

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^ª Dr^ª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^ª Dr^ª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Dr^ª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^ª Dr^ª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^ª Dr^ª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof^ª Dr^ª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^ª Dr^ª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof^ª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^ª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof^ª Dr^ª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^ª Dr^ª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof^ª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Prof^ª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^ª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^ª Dr^ª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof^ª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Prof^ª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof^ª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof^ª Dr^ª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Prof^ª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof^ª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Prof^ª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof^ª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof^ª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística, letras e artes e as novas perspectivas dos saberes científicos 5 / Organizador Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-5706-875-5
 DOI 10.22533/at.ed.755210403

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos, Adailson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
 CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS – VOL. V**, coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área das Letras e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, nesse quinto volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em linguística; estudos sobre formação docente e ambiente escolar; e estudos sobre inclusão.

Estudos em linguística, com treze contribuições, traz análises sobre interacionismo sociodiscursivo, análise discursiva, dialogismo em narrativas orais, linguagem e direito, livro didático e gêneros textuais.

Em estudos sobre formação docente e ambiente escolar, com seis capítulos, são verificadas contribuições que versam sobre internacionalização universitária, formação docente e ensino de leitura, base nacional curricular, gestão universitária e bibliotecas escolares.

Por fim, estudos sobre inclusão, com dois estudos, aborda questões como surdez e LIBRAS.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O QUADRO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO E O SIGNO SAUSSURIANO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL	
Barthyra Cabral Vieira de Andrade Rafaela Cristina Oliveira de Andrade Francisca Raquel Alves Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.7552104031	
CAPÍTULO 2	13
ANÁLISE DISCURSIVA EM TOADAS DE BOI BUMBÁ	
Maria Celeste de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.7552104032	
CAPÍTULO 3	26
É POSSÍVEL TEMATIZAR SABERES E PRÁTICAS JURUNA POR MEIO DE CAMPOS LEXICAIS ESPECÍFICOS?	
Iago David Mateus	
DOI 10.22533/at.ed.7552104033	
CAPÍTULO 4	38
O DIALOGISMO EM NARRATIVAS ORAIS DE MORADORES DA COMUNIDADE MACURANY, EM PARINTINS-AM	
Almiro Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7552104034	
CAPÍTULO 5	52
A CRISE DA LEGITIMIDADE: ANÁLISE DO DISCURSO DE PODERES LOCAIS	
Carolline Leal Ribas	
DOI 10.22533/at.ed.7552104035	
CAPÍTULO 6	66
UMA LEITURA DA VIRGINDADE FEMININA NO ORDENAMENTO JURÍDICO CÍVIL BRASILEIRO: A (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	
Claudia Maris Tullio Cindy Mery Gavioli-Prestes	
DOI 10.22533/at.ed.7552104036	
CAPÍTULO 7	79
TEMPO E ESPAÇO EM CARTAS ESCRITAS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE	
Bárbara Luísa Teixeira Diniz da Fonseca Fulton Maria Eduarda Faria de Souza Cristiane Carneiro Capristano	
DOI 10.22533/at.ed.7552104037	

CAPÍTULO 8	92
CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM NAS ATIVIDADES DE UM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DESTINADO AO 9º ANO	
Jeniffer Streb da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7552104038	
CAPÍTULO 9	110
O ANÚNCIO PUBLICITÁRIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: DETERMINAÇÕES E REPERCUSSÕES DO PARECER CNE/CEB Nº 15/2000	
Nathalee Paloma Souza Vieira	
Shirlei Marly Alves	
DOI 10.22533/at.ed.7552104039	
CAPÍTULO 10	126
AS TIPOLOGIAS INTERTEXTUAIS NAS PERSPECTIVAS DA LINGUÍSTICA TEXTUAL E DA TEORIA DOS GÊNEROS: ANÁLISES DAS CLASSIFICAÇÕES TIPOLÓGICAS NO PORTAL WEB EDUCATIVO “EDUCAÇÃO.PORTUGUÊS”	
Mirna Bispo Viana Soares	
DOI 10.22533/at.ed.75521040310	
CAPÍTULO 11	142
O GÊNERO COMENTÁRIO <i>ONLINE</i> NA ESCOLA: DESENVOLVENDO HABILIDADES PARA UMA COMPREENSÃO RESPONSIVA E ÉTICA	
Eliane Pereira dos Santos	
Maria Francisca da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.75521040311	
CAPÍTULO 12	155
O ENSINO DO GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO INICIAL – UMA EXPERIÊNCIA COM SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
Claudia Maris Tullio	
Cindy Mery Gavioli-Prestes	
DOI 10.22533/at.ed.75521040312	
CAPÍTULO 13	166
O GÊNERO FÁBULA COMO UMA PROPOSTA DE ENSINO DA LEITURA E INTERAÇÕES NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Antonieta Cabral da Silva	
Janailma Ramos da Silva	
Lidiane da Silva	
Maria Aparecida de Albuquerque Fernandes Ramalho	
Zilma Alves Araújo Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.75521040313	

CAPÍTULO 14.....	178
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS EM LÍNGUA INGLESA NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA	
Walkiria França Vieira e Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.75521040314	
CAPÍTULO 15.....	200
PROFESSOR MEDIADOR DE LEITURA: A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE LEITURA	
Vanusia Amorim Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75521040315	
CAPÍTULO 16.....	212
O DISCURSO DOCENTE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O DOCUMENTO	
Geraldo Generoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.75521040316	
CAPÍTULO 17.....	226
AUTORRETRATO DE PROFESSORES DE INGLÊS DA ESCOLA PÚBLICA EM SANTARÉM: UMA DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA	
Nilton Hitotuzi	
DOI 10.22533/at.ed.75521040317	
CAPÍTULO 18.....	242
O GESTOR UNIVERSITÁRIO E SEU DISCURSO	
Karina Coelho Pires	
Mercedes Fátima Canha Crescitelli	
DOI 10.22533/at.ed.75521040318	
CAPÍTULO 19.....	255
BIBLIOTECAS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE IRATI - PR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Regina Chicoski	
DOI 10.22533/at.ed.75521040319	
CAPÍTULO 20.....	274
DESAFIOS PARA FORTALECER A SURDIDADE: ANÁLISE DA PROPOSTA DE REDAÇÃO ENEM-2017- QUE LUGAR OCUPAMOS NA HISTÓRIA ATUAL?	
Giovana Maria de Oliveira	
Silvana Elisa de Moraes Schubert	
DOI 10.22533/at.ed.75521040320	
CAPÍTULO 21.....	285
TEMAS E ACESSÓRIOS PARA MEDIAÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM LIBRAS	
Alexsandra de Melo Araújo	
Márcia Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.75521040321	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	298
ÍNDICE REMISSIVO.....	299

O DISCURSO DOCENTE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O DOCUMENTO

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 06/12/2020

Geraldo Generoso Ferreira

Instituto Federal do Rio Grande do Norte- IFRN
Campus São Paulo do Potengi, RN
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4764368T4>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido produzido no discurso docente sobre a base nacional comum curricular. Como fundamentação teórica nos balizamos na análise do discurso de linha francesa em interface com os estudos da educação no tocante as reformas educacionais. No que se refere à metodologia, foi aplicado um questionário semiestruturado aos docentes da rede municipal da cidade de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de compreender como os mesmos percebem o movimento de construção da Base Nacional Comum Curricular. Os resultados apontam para uma heterogeneidade discursiva em relação aos gestos de leitura sobre o documento.

PALAVRAS - CHAVE: Discurso docente; Base nacional comum curricular; Currículo.

THE TEACHING DISCOURSE ON THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS: AN ANALYSIS OF THE SENSE EFFECTS ABOUT THE DOCUMENT

ABSTRACT: The present work aims to analyze the effects of meaning produced in the teaching

¹ Como exemplo, citamos: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, (PISA); Sistema de Avaliação da Educação Básica, (SAEB) e a Prova Brasil.

discourse on the common national curricular basis. As a theoretical basis, we focus on the analysis of French line discourse in interface with education studies in educational reforms. Regarding the methodology, a semi-structured questionnaire was applied to the teachers from a public school in Lajes, Rio Grande do Norte, in order to understand how they perceive the construction movement of the National Curricular Common Base. The results point to a discursive heterogeneity concerning the reading gestures on the document.

KEYWORDS: Discourse analysis; Common national curriculum base; Curriculum

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por diversas transformações no campo educacional. Os sucessivos governos constantemente elegem, dentre os focos de suas metas, a educação. O slogan é sempre o mesmo: “Vamos melhorar a educação brasileira”. Contudo, infelizmente, os resultados dos rankings de diversas avaliações de larga escala para a educação básica¹ continuamente, trazem o Brasil nas últimas posições em vários segmentos. Ou seja, apesar dos discursos sobre a melhoria da educação brasileira permearem as ações do governo, na prática, os resultados demonstram a falácia desses discursos.

Com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, 9394/96, e as reformas educacionais dos anos 90, houve, naquele

momento, uma sinalização – em termos de currículo – para uma mudança no que havia até então. Neste mesmo período, o MEC lançou os Parâmetros Nacionais Curriculares, PCN, que tinham como objetivo nortear os trabalhos educacionais, em termos de currículo, com o intuito de estabelecer uma uniformidade mínima ao que deveria ser ensinado nas escolas brasileiras. A ideia inicial foi, de certo modo, interessante, sobretudo, porque possibilitava novamente, uma abertura da discussão sobre a importância do currículo no processo de ensino e aprendizagem, bem como a relação entre o currículo e a formação de professores. Entretanto, como todo texto é sempre passível de várias interpretações e leituras, muitas foram as críticas a tal documento, logo, sua implantação e recepção nas escolas também causaram muito desconforto, devido à falta de entendimento comum sobre o escrito. Críticas quanto à forma como tal documento foi elaborado, sem a consulta aos docentes; e apontamentos de qual tal documento alinhava-se aos interesses neoliberais de organismos internacionais. Todavia, não se pode negar que, em certa medida, o documento foi um gesto, cujo objetivo era trazer à tona a importância de se olhar para o currículo como algo norteador do processo de ensino-aprendizagem.

Com o passar dos anos, os PCN começaram a ser revisitados e reinterpretados, de forma que as mudanças sociais, culturais e políticas das últimas décadas, no campo educacional, trouxeram, novamente, para o debate, a questão curricular. Nesse sentido, o Plano Nacional da Educação, lançado em 2014/2024, PNE, remete à necessidade de um olhar para o currículo, de forma que a sua tão sonhada “unicidade” possa se tornar uma realidade. Sendo assim, nasce a proposta da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, buscando garantir a existência de um currículo que, não obstante às dimensões territoriais e socioculturais de nosso país, consiga possibilitar um direcionamento mínimo aos conteúdos curriculares da educação básica brasileira. O projeto da Base, referente ao Ensino Infantil e Fundamental, teve uma primeira versão lançada em 2015, essa objetivava delineá-lo, em linhas gerais, e submetê-lo ao público, para apreciação e proposição de contribuições, visando seu aprimoramento. Após analisar as críticas e sugestões, o grupo de trabalho responsável por esta primeira versão, editou uma segunda versão em 2016. Em abril de 2017, após outros apontamentos, pelo Conselho Nacional de Educação, CNE, uma terceira versão elaborada, sendo homologada em dezembro 2017.

Nas escolas, os conteúdos começaram a ser implementados a partir de 2018, todavia, muitas são as dúvidas e críticas que cercam tal documento, pois alguns docentes afirmam que não foram ouvidos na construção do manuscrito. Alguns especialistas das diversas disciplinas contidas na Base também observam contradições e inconsistências no documento (cf. NEIRA, 2018).

Logo, diante de posicionamentos controversos sobre tal escrito, o presente trabalho busca analisar, no dizer dos docentes da rede pública do município de Lajes, RN, como esses profissionais posicionam-se sobre tal documento, observando o discurso formulado em relação à BNCC referente ao Ensino Fundamental. Para tanto, foi solicitado aos

docentes que são integrantes de um curso de educação continuada do município, que elaborassem comentários sobre o documento. Em linhas gerais, o exercício de escrita era: - *faça seus apontamentos sobre a Base Nacional Comum Curricular. Você conhece tal documento? Se sim, o que acha dele? Tal proposta poderá contribuir ou não para educação do país? Por quê?* A partir desses comentários, passamos a observar quais os efeitos de sentido emergem do discurso desses profissionais a respeito da base.

Como fundamentação teórica, apoiamo-nos em estudos da Análise do Discurso de linha pecheutiana, fazendo associações com os estudiosos da Educação que observam as reformas educacionais no campo curricular. Dessa maneira, buscamos rastrear, na materialidade linguística, os efeitos de sentido produzidos, a partir dos dizeres dos docentes.

2 | AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 90 E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO DO CURRÍCULO

Com a abertura política no final da década de 80, iniciou-se a chamada democratização do ensino. Nela, de acordo com Shiroma (2000), buscava-se defender a educação pública e gratuita, como direito público subjetivo e dever do Estado. Tem-se, ainda, a defesa pela erradicação do analfabetismo e a formação do aluno crítico. Tais questões foram amplamente debatidas nos anos 90, mas sua implantação trouxe consequências colhidas até o momento, devido às políticas implantadas nesse processo de reforma educacional, sobretudo no que tange ao currículo e a formação de professores.

Para Malanchen e Vieira (2006), a reforma do estado brasileiro, na década de 1990, pode ser considerada um marco na inserção nacional da ideologia neoliberal no país. Nesse sentido, o governo, sob a presidência de Fernando Collor, alinhou-se a uma reestruturação econômica do país, adaptando-se às exigências globais do sistema econômico capitalista. Assim, a reorganização dos estados nacionais é sustentada pela ideologia neoliberal, cujas ações efetivas aconteceram com a abertura de mercados capitais, principalmente no que tange ao capital estrangeiro.

Nesse contexto, a redefinição do papel do Estado reflete na estrutura educacional brasileira, que transfere a responsabilidade para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável, segundo o mérito e a capacidade dos consumidores (GENTILI 1998 apud MALACHEN E VIEIRA, 2006).

A concretização dessa ideologia neoliberal vai ser delineada, na prática educacional, via leis, decretos, resoluções, pareceres, ou seja, atos normativos, ou melhor, por meio dos textos de caráter prescritivo, que “orientarão” o trabalho educacional nos diversos níveis e estruturas de ensino.

Podemos citar os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, como um tipo de texto de caráter prescritivo e com grande importância na reforma curricular da década de 90,

pois buscou reorientar a construção dos currículos na educação básica, de forma geral. É interessante observar que a reforma educacional, que culminou, dentre outros aspectos, na elaboração do documento supracitado, tem suas origens numa rede ideológica discursiva, na qual os relatórios apresentados pelos organismos internacionais como Banco Mundial, Comissão econômica para América Latina e Caribe, CEPAL, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID; e Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (Orealc/UNESCO) buscavam convencer o público sobre a necessidade de tal reforma, imbuídos de argumentos, como: altos índices de evasão e de repetência; inadequações dos currículos às novas configurações de ciência tecnologia; métodos de ensino arcaicos; formação precária dos docentes, etc.

Aliado a esses e a outros argumentos, estava o uso das vozes de autoridades em didática, de diferentes disciplinas, o que causava, no público, a impressão de consenso sobre tal reforma, ou seja, ocultava-se o papel do Estado, quando este, na elaboração desse currículo, buscava controlar as ações educativas.

Com o Plano Nacional de Educação 2014/2024, PNE, tem-se, segundo alguns críticos, uma “atualização” da LDB9394/96, na qual os princípios neoliberais norteadores permanecem os mesmos. Os PCN, em certa medida, são substituídos pela BNCC, cujos objetivos, na visão de alguns educadores, (GIROTTI, 2017; MARSIGLIA e tal 2017; PERONI e CAETANO, 2015, MACEDO et al, 2014) são os mesmos do documento anterior. Como texto de caráter norteador da ação docente, seu efeito é de prescrição, já que deve ser observado na estruturação do trabalho docente a ser realizado em sala de aula.

O texto de caráter prescritivo, nesse sentido, ganha o poder não só de direcionar as ações do sujeito, seu trabalho, bem como pode controlá-lo, empregando, no caso da educação, ações de cunho ideológico, tanto nos trabalhadores, quanto nos outros envolvidos nessa atividade.

Ferreira (2011), observando as formas como o discurso educacional é lido e interpretado, salienta que os textos de caráter prescritivo, em tal contexto, obedecem a uma escala hierárquica sociopolítica, que apresenta implicações nas formas como esse escrito será interpretado e ganhará efeitos de sentido, a partir desta escala.

Segundo Ferreira (2011), no caso do Brasil, temos o Ministério da Educação, MEC, como o órgão responsável por organizar o sistema educacional brasileiro nos diversos níveis, atribuindo papéis e deliberando ações, bem como legislando o funcionamento das estruturas educacionais do país, em âmbito nacional.

Já na esfera estadual, temos as secretarias estaduais de educação, que, em consonância com as deliberações do MEC, buscam organizar a estrutura educacional de cada Estado, também exercendo um papel legislador e regulador do sistema educacional, fazendo cumprir as legislações estabelecidas pela instância superior, que é o MEC.

Ainda nesse nível da escala hierárquica, temos as secretarias regionais de ensino, que funcionam em níveis regionais, dentro de cada estado, como extensão das secretarias

estaduais, acompanhando as escolas no cumprimento das legislações estabelecidas pelas instâncias superiores. Essas secretarias têm, ainda, a função normativa em situações específicas não contempladas pelas legislações superiores.

Em instância municipal, existem as secretarias municipais de ensino, que, apesar da autonomia constitutiva, seguem as orientações e as legislações, tanto nacionais, quanto estaduais, além de regularem especificidades locais dentro da sua esfera de autonomia, atuando diretamente sobre as escolas.

Essas escolas são responsáveis por interpretar e aplicar as legislações advindas das esferas superiores, ao mesmo tempo em que orientam os professores na organização e planejamento de suas aulas, a partir dos textos normativos acolhidos pela instituição educacional.

Finalmente, o professor, apropriando-se daquilo que é ou não permitido pela escola, planeja e executa suas aulas, organizando tarefas e as prescrevendo aos seus alunos, de forma a atender às exigências estabelecidas pelas instâncias superiores.

Nessa perspectiva, os múltiplos olhares e efeitos de sentidos são redimensionados aos textos que perpassam essa estrutura hierárquica, produzindo diferentes visões sobre um mesmo objeto (texto), por isso, a importância de se observar, no dizer docente, quais efeitos sentidos são produzidos, ao serem declarados pensamentos e ideias sobre determinado documento que orienta o agir do professor em sala de aula.

Assim, analisar o discurso produzido pelos docentes sobre a BNCC é um gesto de leitura dos possíveis efeitos de sentido de tal documento sobre as ações desses profissionais. Como já apontado, os diferentes textos que circulam na esfera educacional podem, em certa medida, ser considerados parte do discurso educacional, que tem características e peculiaridades a serem destacadas. Santos e Carvalho (2014), observando o discurso sobre a educação, pontuam seu caráter duplo:

Todo discurso é, por natureza, político, pois envolve decisão e posicionamento. Na esfera da educação, ele é veiculado por instâncias às quais são delegados poderes decisórios sobre a educação, no que tange tanto à questão quanto aos rumos. É educacional, porque tem como objeto a educação e o saber veiculado por ele (SANTOS e CARVALHO, 2014, p.74).

Assim, podemos pensar o texto educacional sempre estruturado por essa articulação, o que exclui, naturalmente, a possível imparcialidade. As autoras, citando Mascia (2003), salientam a complexidade que envolve o discurso educacional, caracterizando-o como “uma rede de discursos cujos fios se interpenetram, se cruzam, se emaranham, transformando-se mutuamente, de modo que torna impossível puxar um fio sem que com ele venham outros, sem tocar num, sem tocar noutros, desatar um só, sem esgarçar os fios que o constituem”.

Desse modo, cabe ao analista a difícil tarefa de adentrar nessa rede, nesse emaranhado, puxando os fios, num gesto de leitura e possível interpretação sem, contudo,

perder de vista a advertência acima: a inevitabilidade de esgarçamento dos outros fios discursivos que constituem essa rede.

No tópico seguinte, sintetizamos alguns conceitos teóricos que servem de aporte para nosso estudo.

3 | DISCURSO, IDEOLOGIA E LEITURA

Estudar a relação entre discurso, ideologia e leitura é uma tentativa de se inscrever num percurso fluido e de diversas possibilidades a possíveis chegadas, mas, sobretudo, a bifurcações que tornam esse percurso ainda mais imprevisível. Nesse contexto, como já analisamos anteriormente, faz-se necessário demarcar a partir de qual escopo teórico nos debruçamos em nosso empreendimento. Buscamos analisar o discurso sobre a BNCC referente ao Ensino Fundamental, a partir da AD de base pecheutiana, bem como de outros colaboradores deste “projeto” pensado pelo estudioso francês.

A AD surge na década de 60, em outras análises, como um instrumento de leitura do discurso. Os primeiros estudiosos refutavam a ideia do esquema elementar de comunicação, como a simples transmissão de uma mensagem proferida por um emissor, por meio de um código, a um receptor, sobre uma dada realidade. Tal negação, sobretudo, traz consigo um novo entendimento de língua e, por conseguinte, de linguagem que busca ampliar os conceitos estruturalistas, observando aspectos até então não considerados, como a história e a ideologia. Para os estudiosos da AD, a língua não é apenas um código, mas um lugar no qual são materializados efeitos de sentidos. O funcionamento da linguagem envolve, dentre outros elementos, sujeitos e sentidos afetados pela história e pela língua. Como nos adverte Orlandi (1996), “além de comunicar, a linguagem também serve para não comunicar”, ou melhor, para silenciar outras vozes ou outros discursos.

Nessa perspectiva, Orlandi (1996), remetendo a Pecheux, observa:

Considero o discurso não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral. Então, os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, as condições de produção, constituem o sentido da sequência verbal produzida. Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação. [...] É preciso entender que todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em um discurso, mas em estado de um processo discursivo e esse estado deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados, institucionalizados (ORLANDI, 1996, p. 26).

No trecho acima, percebemos que, na AD, o discurso é definido, levando em consideração uma rede complexa de elementos que se estruturam a partir do que a autora considera como processo discursivo. São esses elementos que realizam os efeitos de sentidos, que poderão ser originados, a partir dos lugares, dos sujeitos e das condições

sociais em que o discurso é produzido.

Nesse sentido, pode-se dizer que todo discurso tem um caráter ideológico, já que tais aspectos também são estruturantes e estruturados pela ideologia. Essa ideologia, a qual se refere a AD, constitui-se na relação com a linguagem; trata-se não do ocultamento de uma realidade, mas da forma que atribuímos sentido à realidade. É sempre um gesto de apagamento de certas condições históricas, produzindo nos sujeitos efeitos de naturalização de aspectos materiais de existência na relação homem/ imaginário. “Ela é a condição para constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI p. 46).

O discurso, assim, é o lugar em que a ideologia se materializa na relação com a língua, produtora de sentidos, por e para sujeitos. Tal naturalização constrói-se como efeito de evidência, ou seja, aquilo que se diz parece ser sempre de determinada forma, como se não houvesse outras formas de dizer. Nas palavras de Orlandi, “ela não é X, mas é o mecanismo para produzir X” (ORLANDI, 2002, p.265). Por isso, a necessidade do analista em perceber, no discurso, que há sempre outras maneiras de se dizer o que se diz, mas o sujeito, por ser interpelado pela ideologia, não consegue fazer tal distinção.

Na perspectiva discursiva, a leitura é concebida não apenas como a capacidade de interpretação do enunciado, mas também um gesto de atribuição de sentido aos possíveis sentidos dados pela materialidade linguística, e, sobretudo, pelas condições de produção de tal materialidade. Essas circunstâncias vão além do contexto imediato e se estabelecem na relação com toda a exterioridade da língua, com os outros dizeres proferidos em outros lugares, outras épocas e por diversificados sujeitos, ou seja, na relação com o interdiscurso.

Flores (2013), pontuando sobre o ato de leitura, na perspectiva discursiva, observa:

Ler, portanto, não se resume decodificar ou apreender sentidos, mas sim, é a instituição de sentidos ao que quer que seja, o contexto histórico-social e as condições de produção do enunciado do discurso. O conhecimento do leitor sobre as condições de produção do texto é extremamente relevante, pois através de um dispositivo de leitura, ele poderá levantar pistas que o levarão a relacionar o texto com o discurso que o sustente e que, por sua vez, inscreve-se em uma formação discursiva (FLORES, 2013, p.33).

Portanto, os sentidos não estão dados a priori, mas são construídos na interação leitor, texto e condições de produção. É interessante, também, observarmos que tais sentidos não estão totalmente abertos ao bel-prazer do indivíduo, mas ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito se insere em uma dada formação discursiva que, de certo modo, regula o que deve e pode ser dito, a partir de tal formação. Do mesmo modo, ao ler um texto, o sujeito afetado pelo inconsciente o faz a partir de uma posição assumida dentro da formação discursiva, que o permite se identificar ou não com os dizeres ali enunciados, em um gesto de interpretação desses dizeres.

Rodriguez (1998), abordando uma definição de interpretação, observa nesta a mobilização da construção de sentidos, reiterando:

Não há sentidos dados: estes são construídos por e através de sujeitos inscritos numa história, num processo simbólico duplamente descentrado pelo inconsciente e pela ideologia. Isto é, os sujeitos têm um papel ativo, determinante, na constituição dos sentidos, mas este processo escapa ao seu controle consciente e as suas intenções. Interpretação é, assim, a construção de sentidos e não a descoberta de sentidos já dados (RODRIGUEZ, 1998, p. 51).

Nesse contexto, ao nos debruçarmos sobre qualquer texto/discurso, devemos focar em tal apontamento, uma vez que o nosso gesto interpretativo será passível de outras leituras, dependendo das formações discursivas nas quais se inscrevem os possíveis leitores e das posições de sujeito que tais leitores podem assumir dentro dessas formações. Ao nos referirmos às posições de sujeito, remetemo-nos a Courtine (1982), que define as formações discursivas heterogêneas e apresenta o conceito de posição-sujeito como modalidade particular de identificação do sujeito da enunciação, sendo este o sujeito do saber. Assim, em uma FD, o sujeito pode assumir diversas posições, a partir da identificação ou não com os variados enunciados que podem atravessar essa FD.

No caso do nosso trabalho, por exemplo, apesar de os docentes pertencerem, a princípio, a uma mesma FD, (professores da rede pública municipal da cidade de Lajes, RN), as identificações com o discurso educacional sobre a BNCC podem ser heterogêneas, dependendo da posição-sujeito assumida nessa FD.

4 | GESTOS DE LEITURA

A análise das sequências discursivas, como já dissemos, teve por base a solicitação de comentários sobre o documento. Assim, optamos por deixar em aberto o que pudesse responder de forma a não induzir a uma determinada resposta. Assim, tínhamos como questão somente a pergunta: *você conhece tal documento, se sim, o que acha dele? Poderá contribuir ou não para educação do país? Por quê?* Dessa forma, selecionamos as sequências abaixo e, como modo de garantir o anonimato aos docentes, identificamos apenas P, como professor, e o número correspondente. Faz-se necessário mencionar que tal numeração é apenas uma forma de organização para nosso trabalho. O termo SD refere-se à sequência discursiva, logo após a sequência, temos nosso gesto interpretativo sobre tal trecho.

SD P1

É um documento extremamente importante, pois norteará o fazer docente, dando uma unidade ao ensino no país.

Ao observar o dizer de P1, percebemos um discurso colado aos documentos oficiais favoráveis à base, uma vez que o sujeito considera o escrito extremamente importante e acrescenta que este norteará o fazer docente. Tal apontamento revela, na leitura de P1, que os docentes estão “perdidos”, sem norte, em seu fazer, e que a base guiará, dará

o caminho. Em outras palavras, o professor necessita ser guiado e a base o fará. No trecho, ainda destacamos o termo unidade ao ensino do país. A expressão citada sugere a necessidade de unidade do ensino, em um país de dimensões continentais e de uma diversidade étnica cultural significativa apontada, inclusive, pelo próprio documento.

SD P2

Trata-se de uma proposta que garantirá uma efetivação curricular, minimizando as distorções no ensino e gerando qualidade na sala de aula.

Na sequência acima, da mesma forma que em P1, percebemos um discurso colado ao documento. O uso do termo “garantir” revela a visão do documento como algo não apenas exequível, mas que assegura o sucesso e “gera” qualidade em sala de aula.

Nesse ponto, é possível questionar: a garantia de uma educação de qualidade depende apenas de um documento? Observamos, em tal discurso, um efeito de sentido que entende a educação apenas a partir de textos que a constituem, desconsiderando os aspectos sociais, as relações de poder, os quesitos físicos e, sobretudo, a relação dos sujeitos envolvidos no espaço e no processo educativo, como pais, alunos, funcionários, governo.

Dessa forma, apenas o documento asseguraria uma efetivação curricular e qualidade em sala de aula. Para P2, o documento é que minimizará as distorções no ensino. Como se sabe, a educação brasileira tem diversas fragilidades e essas se devem a diversos fatores silenciados no recorte acima. Conforme mencionamos na parte teórica, tal efeito não é aprendido pelo sujeito, uma vez que este se encontra interpelado pela ideologia e afetado pela memória discursiva.

SD P3

Em minha opinião, a educação brasileira é muito atrasada em relação a outros países e são necessárias reformas para uma mudança geral. Acho que tudo parte do currículo, os conteúdos atualizados são um diferencial para uma boa aprendizagem.

Na sequência 3, na mesma orientação discursiva que P2, observamos a valorização do documento e um apontamento que, segundo Costa (2015), sustenta os discursos das reformas educacionais no Brasil: a justificativa de que o sistema educacional é atrasado, obsoleto, o que ratifica a necessidade das mudanças. Assim, trata-se de algo não apenas indispensável, mas única alternativa para o sistema educativo. Temos, em certa medida, a naturalização. Da mesma forma que no recorte anterior, observa-se a não consideração dos aspectos e sujeitos que compõe o cenário educacional e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem.

SD P4

A base será importante para que o ensino seja unificado e, assim, permita que os alunos de qualquer lugar do país tenham um ensino de qualidade.

Na mesma linha de leitura de P1, a sequência 4 também sinaliza para a unificação do ensino, reforçando tal traço na leitura do documento. Nesse recorte, entretanto,

parece-nos curioso o uso da expressão “qualquer aluno” como forma de generalização e abrangência, implicando no apagamento das condições e dos fatores que permeiam o processo educativo.

Mais uma vez, observamos o apagamento dos sujeitos e a desconsideração das diferentes formas de aprendizagem e de ensino. Trata-se de uma visão homogeneizadora, cujo efeito é o escamoteamento da realidade educacional e a não atribuição de responsabilidades aos partícipes. Não é preciso ser psicólogo, muito menos especialista da área educacional, para percebermos que em qualquer sociedade, as pessoas são diferentes e os modos de aprendizagem também, apesar do processo de escolarização, no geral, ignorar tal traço de heterogeneidade.

SD P5

Não acho que a base resolverá os problemas da educação. A proposta é interessante, mas se os políticos não olharem e cuidarem da educação brasileira, ela nunca alcançará um nível de qualidade.

Em contraponto às leituras dos recortes acima, temos, na leitura de P5, um deslocamento dos discursos até então observados. A descrença no documento é subsidiada por uma memória discursiva, que atribui à classe política, as mazelas da educação brasileira. A condição para uma educação de qualidade é destinada a um “olhar” e a um “cuidar” dos políticos.

Assim, temos um efeito de responsabilização endereçada à classe política e, da mesma forma que os outros recortes, o apagamento dos demais agentes e fatores que podem interferir no processo educativo. A qualidade da educação, no trecho em análise, recai sobre um gesto político e não sobre o documento em si. Há uma falta de conscientização de que o documento é um gesto político, ignorando a escala hierárquica dos textos educacionais, como apontado por Ferreira (2011).

SD P6

A base é um esforço, sobretudo político, para melhorar os índices de qualidade da nossa educação. Sem união não haverá sucesso. O currículo comum garante um aprendizado de qualidade.

Na sequência acima, tem-se uma leitura em consonância com o discurso dos produtores do texto da base, no qual se destaca a ação política como um “esforço” de alguém que não está apenas empenhado, mas, sobretudo, agindo com vigor real, fazendo algo para melhorar os índices de “qualidade” na educação. Assim como em outros recortes, reitera-se que a condição para o sucesso está simplesmente na execução do documento. Novamente, observamos o currículo como única garantia de qualidade e a exclusão de outros fatores relacionados à aprendizagem.

SD P7

Apesar de a proposta de conteúdo comum para todos ser boa, sem a formação de professores de qualidade, o ensino permanecerá o mesmo. O governo deve garantir, antes

de tudo, uma boa formação para o professor em instituições federais, só assim as reformas terão efeito.

Na sequência 8, o sujeito pontua a formação como condição necessária para mudanças na educação. Tal discurso remete-se ao final dos anos 90, em que, conforme apontam Noronha (2001) e Saviani (2005), houve, no Brasil, um crescimento sobre tal temática, para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. No dizer acima, é interessante salientar que o sujeito considera como “boa formação” aquela oferecida pelas instituições federais. Nessa perspectiva, o não dito é que as instituições particulares não oferecem uma formação adequada e também condicionam o efeito das reformas a essa formação. Tais afirmações podem ser constatadas pela expressão “só assim”, dita por P7. Tal expressão, além de produzir um efeito de verdade, exclui e apaga a possibilidade de outras vias de formação.

SD P8

Acho que devemos sempre saber a quem interessa uma reforma educacional e em que medida ela favorecerá os alunos, que são os mais afetados. Hoje, a escola é apenas um lugar de preparo de mão de obra, não um lugar do conhecimento. Os filhos dos grandes empresários nunca estudarão um mesmo currículo que um filho de um trabalhador comum. Dessa forma, não podemos dizer que a reforma curricular busca unidade. Não podemos nos enganar, há dois tipos de educação no Brasil: a do rico e a do pobre. Sempre foi assim e sempre será, reforma é sempre para pobre.

Observamos, nesse recorte, uma posição que além de descolar, em certa medida, do discurso da base, problematiza o documento e, conseqüentemente, o gesto de reforma. P8 pontua a existência de uma luta de classes no seio do sistema educacional. O sujeito observa que por existirem duas classes, ricos e pobres, não se pode pensar numa unidade curricular, pois há, segundo o sujeito, um duplo gesto voltado para essas classes.

O discurso de P8 tem um efeito de alerta, denúncia, desmitificação em relação ao sistema educacional brasileiro, contrapondo ricos e pobres, como efeito de um processo histórico. Ao pontuar que “não podemos nos enganar”, infere-se um gesto, uma tentativa de engano, de escamoteamento de uma realidade. Ao enunciar “reforma é sempre para pobre”, cria-se um efeito de denúncia social, reforçado pela ideia de que a escola é o lugar de preparo de mão de obra.

SD P9

O currículo, como pensado e planejado na base, será um jeito de diminuir as diferenças dentro do sistema educacional, isso é bom, pois se um aluno mudar de uma cidade para outra, ou até de um estado para outro, ele vai aprender a mesma coisa. Ele não será prejudicado e poderá concluir seus estudos sem dificuldades, pois o currículo é o mesmo.

Finalmente, no recorte 9, temos um discurso alinhado novamente ao documento, que busca criar um efeito de unificação plena, de modo que se apagam, em certa medida,

as diferenças regionais, locais e socioculturais pressupostas em qualquer sociedade. Esta ideia de correspondência unívoca de currículo produz nos sujeitos leitores a ideia também de correspondência unívoca de ensino, mas, acima de tudo, de aprendizagem. Assim, o sujeito leitor observa que independente de onde esteja o aluno, em termos geográficos, o estudante irá aprender o mesmo conteúdo.

Mais uma vez, temos um gesto de apagamento de uma complexa rede de traços já apontados anteriormente, e que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. O sujeito observa que essa unidade permitirá ao aluno concluir, sem dificuldades, os estudos. Tem-se, ainda, o efeito de que a falta de conclusão está relacionada unicamente à falta de um currículo único e não a problemas de ordem econômica, social e política, logo, percebemos a necessidade, a justificativa de um currículo que garanta o sucesso na conclusão dos estudos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os efeitos de sentido sobre o discurso da BNCC, no dizer dos docentes da rede pública, do município de Lajes, RN. Apesar de pertencerem a uma mesma FD, observamos uma heterogeneidade discursiva em relação à leitura sobre o documento. Ainda que alguns dos sujeitos se identifiquem com o discurso oficial do texto e o reproduzam em seus dizeres, principalmente no que se refere às questões, como unidade do ensino, melhoria da qualidade de ensino, garantia de sucesso, observamos também um discurso de resistência, marcado por uma crítica ao documento e percebendo em tal discurso um gesto de ocultamento de uma realidade educacional, que tem suas origens em bases econômicas, sociais e, sobretudo, políticas.

Como se trata de um documento em fase de implantação, outros discursos poderão emergir, a partir de sua execução, gerando a necessidade de estudos posteriores. Portanto, lançamos um primeiro gesto de interpretação sobre possíveis compreensões relacionadas ao documento. Lembramos ainda que, segundo Orlandi (1996), o lugar da interpretação será sempre outro, em consequência do momento e dos sujeitos que fazem parte do local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Congresso. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação – **Base Nacional Comum Curricular. 2ª versão**. Brasília. 2016. Disponível em: [Consulta realizada em 10/01/2017].

COSTA, I. F. B.. O discurso das reformas educacionais no Brasil: qual a função social que se coloca para o professor frente às novas demandas do capital? In: IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão, 2015, Rio de Janeiro - RJ. **Anais**. v. 1. Campina Grande, PB: Editora Realize, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. **Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. Philosophiques**, vol. IX, número 2, octobre 1982.

FERREIRA, Geraldo G. **O trabalho docente representado em textos prescritivos: uma análise dos Conteúdos Básicos Comuns de língua estrangeira do estado de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Unita, Taubaté, SP, 2011.

FLORES, Lucas Martins. Leitura, Interpretação e Sentido: análise de uma propaganda do Boticário sob a perspectiva discursiva. **Interfaces**, Guarapuava, v.4 n.2 p.30-38, 2013.

GIROTTI, E.D. Dos PCNs a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

MACEDO, R.S.; NASCIMENTO, C. O.; GUERRA, D. M. Heterogeneidade, Experiência e Currículo: contrapontos à ideia de Base Comum Nacional e à vontade de exoterodeterminação da formação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1556 - 1569 out./dez. 2014

MARSIGLIA, A. C. G.; PINA, L.D; MACHADO, V. O.; LIMA, M..A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MASCIA, Márcia Aparecida Amador. **Investigações discursivas na pós-modernidade. Uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira**. Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2003.

MALANCHEN, J.; VIEIRA, S. R. A política brasileira de formação de professores: repercussões sobre o trabalho docente. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO - Regulação Educacional e Trabalho Docente, 6, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol.40, n. 3, p.215-223, 2018.

NORONHA, M. I. A. Considerações e questionamentos sobre a formação dos professores no contexto da Reforma Educacional. **Revista Educação**, APEOESP, São Paulo, n.13, abr. 2001.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico: para uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Discurso e leitura**. 3ªed., São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

PERONI, V.M.V. CAETANO, M.R.O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

SANTOS, J. F.; CARVALHO, M. L. G.C. O discurso político-educacional do programa pró-letramento. Itabaiana: **GEPIADDE**, ano 08, vol 15, jan/jun de 2014.

SAVIANI, D. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. In.: **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, v.30, n.2, p.11-26, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Discursiva 5, 6, 13, 19, 20, 24, 37, 244

Artes 2, 5, 210, 242

B

Biblioteca 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272

C

Cárcere 6, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88

Comentário online 7, 142, 143, 147, 148, 150, 153

D

Desafios 8, 14, 73, 178, 179, 181, 182, 191, 192, 210, 211, 227, 255, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280

E

Espaço 6, 15, 20, 30, 33, 43, 52, 54, 59, 62, 64, 67, 70, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 119, 120, 121, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 156, 173, 201, 204, 208, 220, 235, 236, 243, 252, 256, 257, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 272, 277, 279, 281, 292, 294, 295, 296

F

Fábula 7, 166, 167, 173, 174, 175, 176, 177

Formação Docente 5, 8, 196, 200, 205, 225

G

Gêneros Textuais 5, 9, 11, 50, 118, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 177, 178, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 298

Gestor 8, 242, 244, 252

I

Identidade 6, 5, 41, 48, 49, 59, 61, 66, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 86, 180, 207, 226, 229, 240, 242, 243, 244, 245, 247, 253, 254, 282, 290, 292, 298

Interacionismo Sociodiscursivo 5, 6, 1, 2, 5, 12, 157, 158, 160

Internacionalização 5, 8, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 194, 196, 198

J

Juruna 6, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37

L

Letras 2, 5, 11, 12, 14, 22, 36, 50, 78, 89, 108, 154, 164, 165, 172, 192, 197, 206, 207, 208, 209, 224, 236, 241, 242, 245, 256, 257, 261, 262, 271, 274, 283, 284, 296, 298

Libras 5, 8, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 295, 296

Língua Portuguesa 7, 7, 26, 92, 93, 94, 107, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 122, 126, 127, 131, 141, 166, 173, 177, 184, 200, 201, 205, 206, 208, 210, 211, 252, 256, 296, 298

Linguística 2, 5, 7, 1, 2, 3, 8, 11, 12, 15, 26, 28, 29, 36, 56, 72, 73, 88, 126, 127, 128, 136, 140, 144, 145, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 170, 180, 184, 185, 192, 196, 214, 218, 244, 254, 281, 282, 284, 298

Livro Didático 5, 7, 92, 94, 99, 100, 104, 107, 108, 114, 117, 118, 121, 123, 272

M

Mediação 8, 5, 6, 11, 98, 201, 204, 261, 284, 285, 286, 288, 290, 292, 294, 295, 296, 297

N

Narrativas Oraís 5, 6, 38, 39, 46, 49

P

Perspectivas 2, 5, 7, 8, 16, 20, 78, 88, 92, 93, 94, 104, 107, 126, 140, 152, 158, 173, 176, 198, 231, 234, 255, 282

Petição Inicial 7, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164

Professor 8, 2, 3, 96, 98, 99, 107, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 161, 163, 166, 171, 172, 173, 176, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 216, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 247, 252, 260, 261, 262, 267, 268, 298

S

Saberes Científicos 2, 5

Saberes e Práticas 6, 26

Signo 6, 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 25, 38, 39, 40, 41, 43, 49, 144, 145, 257

Surdez 278, 279, 280, 284

T

Tempo 6, 7, 10, 22, 27, 36, 40, 43, 44, 47, 59, 60, 61, 67, 68, 70, 72, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 113, 157, 159, 160, 163, 173, 174, 180, 201, 204, 205, 216, 232, 234, 235, 240, 242, 246, 247, 248, 252, 260, 261, 262, 263, 266, 268, 292

Toadas 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES E AS NOVAS PERSPECTIVAS DOS SABERES CIENTÍFICOS 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 